

CARIACICA

1ª cidade do ES

em controle interno
e transparência no
ranking do TCE-ES

Controle Interno e Transparência



**PREFEITURA DE
CARIACICA**

Secretaria de Controle e Transparência

Superintendência de Comunicação

Diagramação: Lara Fiorim Fiorot e Lívia do Valle

Redação Editorial: Yvena Plotegher e Alcione Coutinho

Redação Interna: Eliezer Soares Rocha Junior

Tiragem: 2000 exemplares

CARIACICA: Exemplo de transparência e responsabilidade



A busca pelo aperfeiçoamento das ferramentas de controle e transparência marcaram a estruturação da Secretaria Municipal de Controle e Transparência de Cariacica (Semcont). A secretaria que acumula prêmios por sua excelência, surgiu em 2014, por meio da Lei Municipal nº 5131/2014. A intenção era evitar erros administrativos e fortalecer a relação com os cidadãos. Nesses quase seis anos, foi realizado um extenso trabalho de organização do órgão, baseado em práticas da Controladoria Geral da União (CGU) e adaptadas à realidade de Cariacica.

A atuação da Semcont, estruturada na legalidade e na transparência, gerou grandes resultados, como o Portal da Transparência, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), o Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção, a Ouvidoria Geral, a Tela do Prefeito, a Declaração Eletrônica de Bens Anual do Servidor Público, a Carta de Serviços ao Usuário, além dos programas Ouvidoria no Seu Bairro, Você na Prefeitura, Transparência Cariacica e Eu Professor.

O reconhecimento também veio por meio de avaliações estaduais e nacionais. Em 2016 e 2018, o município foi considerado o melhor Controle Interno, por avaliação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES). Em 2017, ocupou o primeiro lugar no país na Escala Brasil Transparente da CGU. No mesmo ano, também ficou em primeiro lugar no estado no ranking de Transparência Passiva, segundo o TCE-ES.

Essas conquistas destacam como a implantação da secretaria conseguiu estabelecer uma relação mais próxima e de confiança entre a Prefeitura e os munícipes de Cariacica, ao trabalhar para atender ao interesse público com agilidade, transparência e excelência.

INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA E DE CONTROLE SOCIAL



O Portal da Transparência é um canal eletrônico pelo qual o cidadão pode acompanhar em tempo real a aplicação dos recursos públicos. O objetivo é dar mais transparência aos atos administrativos e contribuir para o aumento da participação e controle social. No Portal, as informações estão disponíveis em uma linguagem simples e em formato de fácil navegação.



**SERVIÇO DE
INFORMAÇÃO
AO CIDADÃO**

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para o Poder Executivo Municipal. O Serviço de Informação ao Cidadão é disponibilizado na forma presencial ou eletrônica.



O Conselho Municipal de Transparência e Combate à Corrupção tem por finalidade propor e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle e incremento da transparência na gestão da administração pública municipal, além de discutir estratégias de combate à corrupção e à impunidade.

OUVIDORIA



A Ouvidoria é um canal de participação e controle social, além de ser uma importante ferramenta de gestão para o Poder Executivo Municipal. A Ouvidoria é disponibilizada das seguintes formas: presencial, por telefone (ligação gratuita pelo tridígito 162) ou através da ouvidoria eletrônica (e-ouvidoria).



**CARTA DE
SERVIÇOS
ao usuário**

A Carta de Serviços ao Usuário é um documento elaborado pelo Poder Executivo Municipal que visa informar aos cidadãos quais são os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços e quais os compromissos com o atendimento e os padrões estabelecidos.

INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA E DE CONTROLE SOCIAL



A Declaração Eletrônica de Bens Anual do Servidor Público (DEBASP) é uma ferramenta de combate à corrupção e ao enriquecimento ilícito de agente público municipal.



O Programa Ouvidoria no Seu Bairro leva a estrutura da Ouvidoria Geral do município para um bairro da cidade de Cariacica. O cidadão é atendido pelo Ouvidor e pela Equipe de Ouvidoria a fim de esclarecer dúvidas, solicitar informações, encaminhar reclamações, denúncias, sugestões ou elogios. Além disso, outras secretarias municipais participam do programa neste dia realizando serviços de interesse público.



O Programa Você na Prefeitura consiste em uma visita à sede da Prefeitura de Cariacica com o objetivo de dar maior transparência às atividades desenvolvidas pela administração pública municipal. Podem participar da visita: escolas, faculdades, associações representativas da sociedade civil, organizações não governamentais, igrejas, empresas, bem como outras organizações e a população em geral.



O Programa Transparência Cariacica consiste em palestras sobre transparência pública, ética, cidadania, participação e controle social. A Equipe da Secretaria Municipal de Controle e Transparência vai ao encontro da população. Podem solicitar as palestras: escolas, faculdades, associações representativas da sociedade civil, organizações não governamentais, igrejas, empresas, bem como outras organizações.

INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA E DE CONTROLE SOCIAL



O Programa Eu Professor consiste em palestras ou cursos de capacitação ministrados voluntariamente pelos próprios servidores da Prefeitura de Cariacica. A Secretaria Municipal de Controle e Transparência seleciona servidores de diversas áreas com conhecimento teórico sobre assuntos de interesse da administração pública e disponibiliza um espaço dentro do local de trabalho para que sejam realizadas as atividades do programa durante o horário de expediente.



A Tela do Prefeito é um canal eletrônico de participação e de controle social pelo qual o prefeito acompanha em tempo real todas as solicitações de serviços e de ouvidoria que acontecem na cidade de Cariacica. As informações são utilizadas para implementar políticas públicas bem como para melhorar a gestão dos recursos e a prestação de serviços. A Tela do Prefeito dá celeridade e transparência às ações do Poder Executivo e evita que solicitações de serviços, reclamações ou denúncias fiquem sem respostas.

INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA E DE CONTROLE SOCIAL



TELA DO PREFEITO

Uma gestão participativa e com trabalho em equipe traz resultados para todos. A Tela do Prefeito nasceu do aprimoramento da Ouvidoria Eletrônica (e-ouvidoria). Foi a partir do envolvimento dos gestores de todas as secretarias, que houve a necessidade de agregar uma ferramenta para dar, ainda mais, transparência às ações da Prefeitura.

Para isso, um sistema eletrônico de monitoramento das demandas de Ouvidoria foi instalado no gabinete do prefeito para que ele pudesse acompanhar, em tempo real, todas as solicitações de serviços e de ouvidoria que são registradas pelo cidadão.



CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA

O Controle Interno e a Transparência são poderosas ferramentas de gestão e de monitoramento de riscos que devem estar sempre de mãos dadas. Não existe Controle Interno sem que haja Transparência.

O Controle Interno e a Transparência nos gastos públicos favorecem uma melhor administração dos recursos públicos, agregam valores e fortalecem a gestão em benefício da sociedade.

CONTROLE INTERNO COMEÇA POR VOCÊ



O Controle Interno não é uma atividade exclusiva de um órgão ou entidade e sim um processo realizado por todos dentro de uma estrutura organizacional.

O Controle Interno é um processo integrado levado a efeito pela alta administração, por todos os que exerçam cargos executivos de direção e gerência e por todos os demais servidores, estruturado para enfrentar riscos e prover razoável certeza de que, na consecução de suas missões institucionais, os princípios constitucionais da administração pública serão obedecidos e os seguintes objetivos do Controle Interno serão alcançados:

- alinhamento das ações aos objetivos estratégicos, dando suporte à missão, à continuidade e à sustentabilidade institucional;
- eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica das operações;
- integridade e confiabilidade da informação produzida e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações de transparência e prestação de contas;
- conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas, políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria instituição;
- adequada salvaguarda e proteção de bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

CONTROLE INTERNO E O GERENCIAMENTO DE RISCOS

De acordo com o modelo de referência COSO I (Committe Of Sponsoring Organizations I), risco é a possibilidade que um evento ocorra e afete de modo adverso o alcance dos objetivos da entidade. Este modelo introduziu a noção de que Controle Interno deve ser ferramenta de gestão e monitoramento de riscos em relação ao alcance de objetivos e não mais dirigido apenas para riscos de origem financeira ou vinculados a resultados escriturais. O papel do Controle Interno foi, assim, ampliado e reconhecido como um instrumento de Gerenciamento de Riscos indispensável à governança corporativa.

O modelo de referência COSO II (Committe Of Sponsoring Organizations II) ampliou o alcance do Controle Interno, oferecendo um enfoque mais vigoroso e extensivo ao tema, agregando técnicas de gerenciamento integrado de riscos, sem abandonar, mas incorporando o COSO I. A nova postura é de prever e prevenir os riscos inerentes ao conjunto de processos da organização que possam impedir ou dificultar o alcance de seus objetivos. Neste contexto, o Gerenciamento de Riscos é constituído pelos seguintes componentes:

- ambiente interno;
- fixação de objetivos;
- identificação de eventos;
- avaliação de riscos;
- resposta a riscos;
- atividades de controle;
- informação e comunicação;
- monitoramento.

Fonte: Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública – Tribunal de Contas da União



AMBIENTE INTERNO

Os fatores que compõem o ambiente interno incluem, entre outros, integridade, transparência, valores éticos, competência das pessoas, estrutura de governança, estrutura organizacional e políticas de recursos humanos.

Instituições com ambientes de controle efetivos contratam e mantêm pessoas competentes, formalizam e comunicam políticas e procedimentos de modo transparente, adotam integridade e consciência de controle, resultando em valores compartilhados e trabalho em equipe para efetivação de objetivos.

FIXAÇÃO DE OBJETIVOS

Os objetivos devem ser definidos para que seja possível identificar os riscos a eles associados. A explicitação de objetivos, alinhados à missão e à visão da entidade, é necessária para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam sua consecução.

IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS

Todos os processos de uma instituição pública têm algum risco associado, inerente a sua própria natureza. A identificação de eventos consiste em determinar e catalogar esses riscos, nos diversos níveis da instituição. Ou seja, mapear a existência de situações que possam impedir o alcance dos objetivos fixados ou a não existência de situações consideradas necessárias para se chegar a tais objetivos ao nível da instituição, de suas unidades de negócio, processos e atividades.

AValiação DE RISCOS

Os eventos identificados devem ser avaliados sob a perspectiva de probabilidade e impacto de sua ocorrência. O objetivo da avaliação é formar uma base para o desenvolvimento de estratégias de como os riscos serão administrados (resposta a riscos), de modo a diminuir a probabilidade de ocorrência e/ou a magnitude do impacto.

RESPOSTA A RISCOS

É o processo de desenvolver e determinar estratégias para gerenciar os riscos identificados. O modelo identifica quatro categorias de estratégias: evitar, transferir, aceitar e tratar. A escolha dependerá do nível de exposição a riscos previamente estabelecidos pela instituição pública em confronto com a avaliação que se fez do risco.

ATIVIDADES DE CONTROLE

São as políticas e os procedimentos estabelecidos e executados para mitigar os riscos que a administração opte pela estratégia de tratar. Também denominadas de procedimentos de controle, não devem ser confundidas com o próprio sistema de controle interno, pois este, além de abarcar todos os demais componentes do modelo, abrange todas as demais formas de resposta a riscos.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Todos na instituição pública devem receber mensagens claras quanto ao seu papel e ao modo como suas atividades influenciam e se relacionam com o trabalho dos demais na consecução dos objetivos fixados. A importância do controle interno para a gestão das instituições públicas está no seu potencial informativo para suporte ao processo decisório. A habilidade da administração de tomar decisões apropriadas é afetada pela qualidade da informação, que deve ser útil, isto é, apropriada, tempestiva, atual e precisa.

A comunicação das informações produzidas deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e transparentes que permitam à informação fluir em todos os sentidos. A informação gerada no curso das operações é usualmente comunicada por meios de canais normais, para quem é responsável e também para um nível superior ao deste. No entanto, canais alternativos de comunicação devem existir para transmitir informação delicada, como atos ilegais ou incorretos e comunicação de riscos.

Além das comunicações internas, a administração deve assegurar que existam meios adequados de se comunicar e de obter informações externas, uma vez que as comunicações externas podem fornecer insumos de impacto significativo na extensão em que a instituição pública alcança seus objetivos.

Fonte: Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública – Tribunal de Contas da União



MONITORAMENTO

Monitorar diz respeito a avaliar, certificar e revisar a estrutura de gestão de riscos e controles internos para saber se estão sendo efetivos ou não. Tem, portanto, o objetivo de avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos ao longo do tempo, buscando assegurar que estes funcionam como previsto e que são modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos. O monitoramento pode ser realizado de dois modos, ou por uma combinação de ambos:

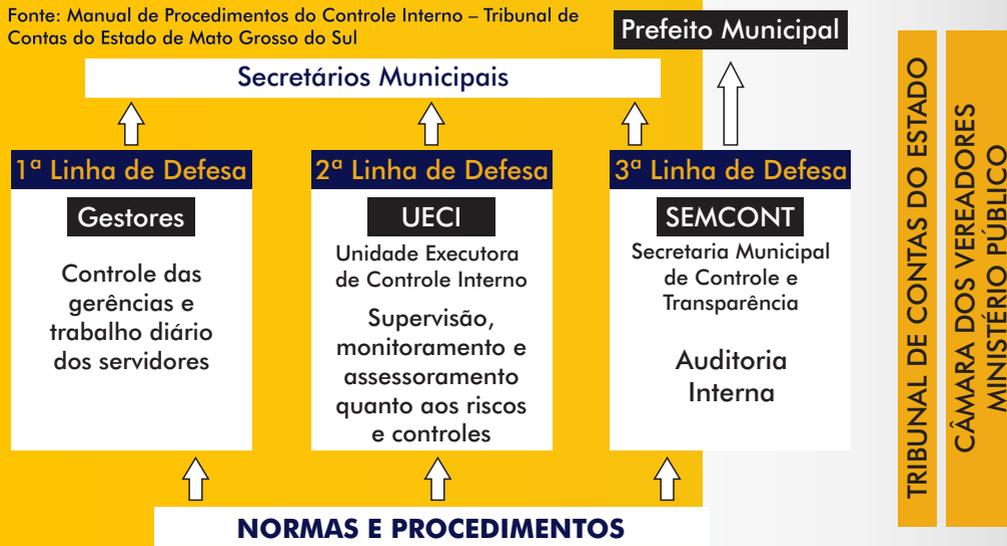
- por meio de atividades gerenciais contínuas, isto é, durante o processo, no curso das operações normais;
- por meio de autoavaliação, pela própria equipe responsável pelo processo ou por unidade de controle interno, podendo ainda ser executado por auditoria interna ou externa.

Fonte: Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública – Tribunal de Contas da União

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno é um processo organizado em três linhas de defesa, conduzido pelo Corpo Diretivo e operacionalizado pela estrutura de governança e por todo o corpo funcional da instituição, integrado ao processo de Gestão, em todas as áreas e em todos os níveis, e estruturado para enfrentar riscos e fornecer segurança na consecução da missão institucional do Órgão ou Entidade Pública.

Fonte: Manual de Procedimentos do Controle Interno – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul





**PREFEITURA DE
CARIACICA**
Secretaria de Controle e Transparência

Secretaria de Controle e Transparência – SEMCONT
(27) 3354-5846
semcont@cariacica.es.gov.br

www.cariacica.es.gov.br

